

A favela como reação à “descontextualização” da modernidade: práticas cotidianas e adaptação tática

The favela as a reaction to the "decontextualization" of modernity: everyday practices and tactical adaptation

DOI:10.34117/bjdv8n5-220

Recebimento dos originais: 21/03/2022

Aceitação para publicação: 29/04/2022

Tales Lobosco

Doutor

Instituição: Escola de Arquitetura, (UFMG)

Endereço: R. Paraíba, 697, Savassi, Belo Horizonte, MG, CEP: 30130-141

E-mail: tales@lobosco.com.br

RESUMO

O trabalho busca refletir sobre as questões que envolvem a produção do espaço, informal e segregado, das favelas de nossas cidades. Organizado através de uma visão focada nos moradores da favela, o trabalho analisa sua ação como um agente com poder de alterar e redefinir seu posicionamento na organização socioterritorial da cidade, desenvolvendo uma estrutura social pautada por regras mais flexíveis e mais adaptadas às condições de precariedade e informalidade socioeconômica.

Palavras-chave: favela, táticas, práticas urbanas, modernidade, produção do espaço.

ABSTRACT

This work aims to analyze the production of informal and segregated spaces of the favelas.

The paper focuses on the action of the dwellers, analyzing their actions as agents with power to change and redefine their own placement on the social and territorial structure of the city. This action guides to the development of and social structure based on flexible rules, in accordance to the precarious structural condition and economical informality.

Keywords: favela, tactics, urban practices, modernity, production of space.

1 INTRODUÇÃO

A favela, como um movimento de resistência dos pobres à segregação evidente na estrutura socioterritorial da cidade, é o território da ação tática, percebida como uma possibilidade de adaptação às inescapáveis condições de precariedade urbana, estrutural, econômica e habitacional.

Diante do forte desequilíbrio das relações de força entre o padrão estabelecido e as articulações informais, a atuação tática se apresenta como possibilidade de não-enfrentamento, por sua capacidade de utilizar o sistema sem necessariamente confrontá-

lo, através da adaptação permanente às condições existentes, operando desvios nas fissuras da estrutura formal.

A prática do “fazer com”, descrita por Certeau (1994), se configura através de práticas que exploram as possibilidades e as brechas que se abrem no sistema, para elaborar novas leituras, trilhar novos caminhos, que podem significar melhores possibilidades habitacionais, sociais ou de trabalho, sem necessariamente estabelecer um confronto direto com a estrutura altamente hierarquizada das grandes cidades brasileiras, na qual o Estado se mostra incapaz de atender plenamente a determinados estratos da população urbana.

Tais táticas, por serem desviacionistas, podem se opor, ou se beneficiar do sistema, sem necessariamente confrontá-lo. Suas ações sucessivas trabalham erodindo as redes institucionais, deslocando as estruturas através de movimentos diferentes, se utilizando, para isto, de elementos do próprio terreno e, por isso mesmo, não podem ser derrotadas (CERTEAU, 1994; FISKE, 1988):

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. [...] Sem um lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder (CERTEAU, 1994, p.100-101).

Sua capacidade principal é se adaptar constantemente às diversas situações encontradas, determinando modos específicos, tanto de produção, quanto de uso e apropriação do espaço, através de uma lógica socioespacial que se distancia do racionalismo das diretrizes urbanísticas e cede espaço a uma vivência elaborada em torno das práticas adaptativas e das redes sociais inscritas no território.

Deste modo, será através delas que os pobres urbanos serão capazes de produzir seu espaço de habitação, segundo uma estrutura própria de direito, sociabilidade e padrão construtivo, elaborada em terrenos muitas vezes inóspitos, e se valendo de mecanismos complexos para neles permanecer, dispensando a capitalização e maximizando os investimentos através de modos particulares de construção que articulam uma adaptação das obras às suas necessidades e do padrão de habitabilidade às suas possibilidades.

A característica primordial da favela não seria, apenas, a concentração da pobreza urbana, através de uma distinção meramente econômica frente à cidade formal, ou mesmo uma imitação imperfeita e incompleta da cidade, da qual herdaria as características e

valores simbólicos. A favela se estabeleceria como possibilidade habitacional organizada na informalidade e marcada pela flexibilidade, que lhe é, ao mesmo tempo, característica e necessidade.

A condição de precariedade econômica e segregação social definiu um padrão de habitação na cidade, marcado pelo surgimento de um modo característico de representar, praticar e produzir o espaço, que são, ao mesmo tempo, produtos e produtoras do próprio espaço que as abriga.

Este trabalho buscará, portanto, analisar, através das práticas cotidianas dos moradores de favelas, situadas no Rio de Janeiro-RJ e em Salvador-BA, como o espaço social das favelas é produzido e transformado através de regras tácitas que organizam um espaço mais adaptado às condições de informalidade urbana e econômica, e, neste movimento, alteram a relação de “descontextualização” que a modernidade trouxe para nossas cidades.

As táticas e práticas espaciais específicas, elaboradas no contexto da informalidade urbana, jurídica e econômica, para lidar com as condições precárias de produção do espaço e de inserção nas estruturas espaciais e socioeconômicas da cidade, ao se reproduzirem continuamente, se estruturaram como o padrão local de atuação, que pode ser percebido através da relação diferencial com os espaços urbanos; da importância das redes sociais e de parentesco inscritas no território; dos artifícios elaborados para a estruturação de sua concepção jurídica; dos mecanismos internos garantidores de seu mercado imobiliário; ou elaborados na estrutura evolutiva da residência, que se apresenta na produção continuada da casa, na alteração da relação temporal projeto-construção-habitação, na concepção espacial dinâmica da moradia, no atendimento às necessidades como parâmetro primordial de construção, que elabora uma desconexão com a concepção visual, através de uma relação não obrigatória com os acabamentos externos, porém focada na funcionalidade que os exige internamente, etc.

A reprodução, contínua e cotidiana, de tais práticas específicas, desenvolvidas como táticas de resistência e sobrevivência, se internaliza no espaço vivido de forma naturalizada, de modo que, não apenas, estas passam a configurar a percepção do modo “normal” de ação, mas elaboram de tal forma o repertório de possibilidades, construtivas, sociais, econômicas, jurídicas, que atuações distintas podem ser julgadas como estranhas ou equivocadas.

2 O “DESENCAIXE” DA MODERNIDADE

No mundo instável e dinâmico que a modernidade nos proporciona, a condição de descontextualização faz com que espaços de convivências e integração, tanto materiais como simbólicos, não se reduzam ao aqui e agora. De modo que “uma quantidade cada vez maior de pessoas vive em circunstância nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam os aspectos principais da vida cotidiana” (SETTON, 2002, p.67).

A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo [...] antes, logo que se dava a exclusão, em curtíssimo prazo se dava a inclusão: os camponeses eram expulsos do campo e eram absorvidos pela indústria, logo em seguida. [...] Em outras palavras, o período da passagem do momento de exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um momento transitório (MARTINS, 1997, p.32-33¹).

A noção de desencaixe de Giddens se torna, assim, adequada para entender a mudança de sistemas de pequena escala para civilizações agrárias e, então, para sociedades modernas, por ser capaz de captar esta transformação, não apenas como um processo de progressiva diferenciação interna, mas diferenciando “os alinhamentos em mudanças de tempo e espaço que são de importância fundamental para a mudança social em geral e para a natureza da modernidade em particular” (GIDDENS, 1991, p.29-30). Os mecanismos de desencaixe seriam aqueles capazes de retirar a atividade social dos contextos, de interação, localizados, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais. Desta forma, Giddens (1991) descreve dois tipos de mecanismos responsáveis pela produção dos desencaixes intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições sociais modernas: a criação de fichas simbólicas e o desenvolvimento de sistemas peritos².

Giddens (1991, p.30) define por fichas simbólicas os meios de intercâmbio “que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular”. Ainda que alguns autores³ identifiquem, outros meios de “comunicação circulante”, como o poder e a linguagem⁴, estes não possuiriam a mesma capacidade do dinheiro na produção de desencaixes. O

¹ Apud Kowarick, 2009.

² Denominação atribuída por Giddens (1991) ao conjunto de práticas e conhecimentos específicos, elaborados nas áreas de especialização profissional, como a engenharia, medicina ou economia.

³ Parsons (1991) e Luhmann (1979; 2008).

⁴ Segundo Giddens (1991, p.31), o poder e o uso da linguagem são traços intrínsecos da ação social de modo muito geral, e não formas sociais específicas”.

dinheiro, ao elaborar um meio de troca que nega o conteúdo dos bens e serviços, substituindo-os por um padrão impessoal, permite que se troque “qualquer coisa por qualquer coisa, a despeito dos bens envolvidos partilharem quaisquer qualidades substantivas em comum” (GIDDENS, 1991, p.30). Ao mesmo tempo, permite também conectar crédito e dívida, ao segmentar o processo de troca entre mercadorias e assim tornar possível a elaboração de transações desconectadas, efetuadas “entre agentes separados no tempo e no espaço” (GIDDENS, 1991, p.32). Esta relação assume um aspecto ainda mais acentuado com o processo de “desmaterialização” do dinheiro, que se torna atualmente “independente dos meios pelos quais ele é representado, assumindo a forma de pura informação armazenada como números num disquete de computador” (GIDDENS, 1991, p.32), e também, através dos inúmeros mecanismos financeiros, de investimento e crédito.

Tanto as fichas simbólicas quanto os sistemas peritos se baseiam e dependem de uma relação de confiança, “qualquer um que use fichas monetárias o faz na presunção de que outros, os quais ele ou ela nunca conhece, honrem seu valor” (GIDDENS, 1991, p.34). Mas, mais do que nas pessoas com as quais as transações específicas são efetuadas, esta confiança é depositada no dinheiro em si. Da mesma forma, quem deposita sua confiança nos sistemas peritos em que esteja envolvido, ou nas estruturas elaboradas através do conhecimento perito, não o faz em relação específica aos profissionais responsáveis, ainda que tenha que confiar em sua competência, mas, sim, na autenticidade do conhecimento perito que eles aplicam, algo que não podem averiguar profundamente (GIDDENS, 1991). Assim confiamos nos prédios, nas escadas e construções nas quais passamos grande parte de nossas vidas, sem conhecer as pessoas responsáveis por elas, nem os processos e parâmetros, segundo os quais, elas foram elaboradas e construídas.

Esta confiança, nos sistemas peritos, “não depende nem de uma plena iniciação nestes processos nem do domínio do conhecimento que eles produzem” (GIDDENS, 1991, p.36). Como leigos, a confiança aqui é elaborada através do respeito e da legitimidade que estes sistemas adquirem na sociedade, mesmo que estes sejam completamente opacos à maior parcela da população: “muitas das decisões individuais pautam-se segundo critérios que foram decididos por círculos distantes. [...] A conduta passa a ser baseada em conhecimentos com origem em discussões das quais os sujeitos não participam e nem teriam condições de participar” (SETTON, 2002, p.67).

Os sistemas peritos e as fichas simbólicas promovem o desencaixe, por remover as relações sociais das imediações de contexto. “Ambos os tipos de mecanismo de

desencaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre tempo e espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam” (GIDDENS, 1991, p.36).

O caráter transitório das relações, dos papéis e das instituições sociais pode deixar espaço para uma liberdade de ação dos indivíduos. No entanto, ao mesmo tempo que confere maior margem de escolhas, maior flexibilidade nas relações, mais referências identitárias, acrescenta simultaneamente, mais insegurança, mais riscos e mais responsabilidade (SETTON, 2002, p.68).

Entramos aqui na esfera do fenômeno da reflexividade moderna, através do qual, as práticas sociais são frequentemente examinadas à luz de informações renovadas, sobre estas próprias práticas. Através da reflexividade não se sanciona uma prática, ou se obedece a uma autoridade, porque elas são tradicionais, mas sim pelo conhecimento de suas razoabilidades. Desta forma, atuando na base da reprodução do sistema, podem alterar constitutivamente, seu caráter: “não é uma questão de não existir um mundo social estável a ser conhecido, mas de que o conhecimento deste mundo contribui para seu caráter instável ou mutável” (GIDDENS, 1991, p.51).

3 O “REENCAIXE” NAS FAVELAS

3.1 SISTEMAS PERITOS

A relação de proximidade estabelecida nas favelas, através de uma construção socioeconômica e espacial, que se organizou de forma alternativa, ainda que refletindo, em diversos aspectos, a influência da experiência elaborada na cidade formal, é capaz de reescrever o processo de desencaixe, alterando profundamente a sua estrutura. A informalidade, de certo modo, desobriga ao recurso a profissionais especializados para a adequação a normas jurídicas, construtivas, urbanas ou econômicas, e, ao mesmo tempo, a precariedade econômica torna este acesso proibitivo devido aos custos envolvidos. Estas duas condições se escrevem profundamente no território da favela, a ponto de a própria compreensão destes processos e de sua legitimidade ser afetada. O vazio deixado pelo Estado os distancia, entre diversas outras coisas, da acessibilidade às estruturas de legitimação e formalização do conhecimento perito.

Neste caso, a confiança, tradicionalmente depositada nos sistemas peritos, assume o aspecto de uma relação mais direta e próxima, que reconhece nas estruturas informais elaboradas *in loco*, uma aplicabilidade imediata, construída com o suporte das noções de justiça, necessidade, conhecimento prático e experiência.

Assim, a relação de confiança, aqui, não se estabelece através da aceitação da legitimidade de um conhecimento restrito e hermético, mas se deposita em um histórico de aprendizado coletivo, fundado na experiência empírica, reproduzida cotidianamente. Este processo estabelece a definição de regras e padrões, dos quais, muitas vezes, não se conhece profundamente a fundamentação teórica, entretanto, seu funcionamento, comprovado pela prática diária, é localmente entendido como lógico, eficiente e justo.

A grande proximidade entre a esfera de elaboração dos parâmetros e referências, utilizados no direito alternativo, na interpretação informal das relações e obrigações urbanísticas e nas estruturas em concreto e alvenaria da construção civil, e sua efetiva aplicação prática, estabelece uma relação que se legitima através de um conhecimento socialmente partilhado. A reflexividade não seria aqui uma postura de questionamento e transformação de uma tradição estabelecida, mas estaria ligada à própria elaboração de tais práticas. A proximidade faz com que ela, não apenas legitime as práticas socialmente estabelecidas, mas participe, neste caso, através do conhecimento e da experiência partilhados, de sua construção.

Na verdade, podemos até mesmo perceber certa dose de desconfiança frente às construções executadas através dos preceitos do conhecimento perito, quando este destoa do conhecimento acumulado na experiência prática, largamente reproduzida no espaço:

Aqui eles botaram uns arames no chão, depois vieram, com um... chamam de esteira, depois botaram um plástico preto, disseram que era pra não correr, e aí botaram o concreto, que aquela máquina faz... com brita, tudo. Mas não aguenta laje não, de jeito nenhum. Se eu tiver de botar uma laje aqui vou ter que quebrar tudo isso e fazer fundamento, vai ter que seguir dois metros e meio, se quiser botar assim, no máximo uma casa em cima, se botar mais uma e mais outra tem que seguir três metros, porque aqui era maré (Sra. Isodélia, moradora de Novos Alagados).

É uma relação que mantém traços de interpessoalidade, quando se reconhece a experiência prévia de quem executa, supervisiona ou traz a informação dos parâmetros necessários à estabilidade estrutural da construção. A confiança se estabelece no reconhecimento da experiência individual e da responsabilidade que esta proximidade implica, reproduzida na forma de uma maior atenção dedicada a este trabalho.

No mesmo sentido, as relações jurídicas e o “direito urbanístico” da favela parecem se organizar através de uma estrutura de proximidade, que possui sua lógica específica, e seus parâmetros, desenvolvidos localmente. Um padrão de enfrentamento dos problemas e conflitos através de soluções elaboradas através do “senso comum” de

justiça e ordenamento espacial. Que, ainda que apresente um resultado bastante comprometido com o atendimento às necessidades individuais partilhadas, em detrimento de melhores possibilidades de atendimento aos objetivos comuns, fortalece a percepção de que se trata de um espaço gerido localmente, através de regras atendendo diretamente os interesses dos moradores, se distanciando da sujeição aos sistemas peritos de urbanistas, juristas e administradores públicos.

Aqui não tinha tanta casa, era mais espaçoso. Com o tempo estas casas foram tomando o espaço que tinha, isso era espaço da gente, hoje virou um caminhozinho espremido, não serve mais pra nada. Mas as pessoas precisam de espaço, né? Se precisam e está aí, vão usar mesmo, não vão ficar apertadas em casa com espaço aqui fora. Até parte do meu terreno virou casa. Foram fazendo sem perguntar nada, sem pensar que estavam tomando todo o espaço e algumas casas são tão grandes, será que precisava mesmo isto tudo? (Dona Nadir, moradora da Babilônia).

3.2 FICHAS SIMBÓLICAS

Através de um movimento semelhante, as relações comerciais nas favelas, ainda que sejam igualmente baseadas no dinheiro, são amparadas por relações, de crédito e de confiança, localmente geridas, através das quais, em transações com valores mais elevados, o próprio vendedor, do imóvel, veículo ou eletrodoméstico, promove o parcelamento do valor a ser pago, sem a incidência de juros. Esta prática demonstra uma inserção deslocada da universalização das relações econômicas da modernidade, principalmente as relativas à associação entre tempo e dinheiro:

O dinheiro em sua forma desenvolvida é definido acima de tudo em termos de crédito e débito, em que estes dizem respeito a uma pluralidade de intercâmbios amplamente difundidos. É por esta razão que Keynes relaciona intimamente o dinheiro ao tempo [...] O dinheiro, pode-se dizer, é um meio de retardar o tempo e assim separar as transações de um local particular de troca. Posto com mais acurácia, nos termos anteriormente introduzidos, o dinheiro é um meio de distanciamento tempo-espaço. O dinheiro possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço. (GIDDENS, 1991, p.27).

Estas relações são marcadas por uma flexibilidade que só é possível quando as condições informais de garantia, ocupando o espaço deixado vago pelas estruturas formais, se estabelecem através de acertos baseados em relações de lealdade-confiança, que só são possíveis a partir das inserções nas redes sociais e de parentesco inscritas no território.

Deste modo, a confiabilidade garantidora do funcionamento da cadeia de negociações, especialmente as imobiliárias, se estabelece através da expectativa de

reciprocidade, em uma estrutura elaborada e consolidada ao longo do tempo, através das relações interpessoais que se desenvolvem através de redes inscritas no território. Nas quais, quanto mais duradouras e estabilizadas estas relações, menor a percepção de riscos envolvidos.

A confiança depositada nas estruturas da modernidade, seja nas fichas simbólicas ou nos sistemas peritos, se (re)desloca na favela assumindo uma posição que, ainda que influenciada por estas estruturas, não as legitima totalmente, permanecendo com um funcionamento ambíguo e paralelo de uma estrutura de confiança gerida localmente, baseada nas redes sociais de reconhecimento, de amizade e parentesco inscritas no território. Assim, as relações diferenciadas, localmente construídas, permitem o desenvolvimento de práticas alternativas e adaptadas às condições existentes que reelaboram a concepção prática do direito, do mercado, dos sistemas peritos, produzindo uma estrutura de confiança estabelecida no conhecimento mútuo⁵ e no comportamento passado: Seja na concessão de créditos ou na confiabilidade das estruturas edificadas, a condição de “reencaixe” altera igualmente a relação temporal e, de certa forma, estimula a utilização do conceito, embora um tanto deslocado da sua forma original, de “comunidade”.

3.3 A “COMUNIDADE” NA MODERNIDADE

A incerteza das relações globalizadas e desencaixadas reforça a busca por um ambiente que porte características apropriadas e transmita o conforto elaborado através de um espaço que permita e propicie a “proximidade de semelhantes”. A criação de ideais comunitários, por mais deslocados de seu real sentido, responde a esta necessidade de segurança e aconchego:

Os esforços (e a fúria) em torno da agregação por semelhança, esse reforço da ideia de “comunidade” (ilusória), têm íntima conexão com a globalização e a economia política da incerteza. O recurso à “tradição” nada tem a ver com o passado. Ao contrário, é um fenômeno recentíssimo (FRIDMAN, 2004, p.22).

O enfraquecimento do Estado e as políticas urbanas, baseadas na proteção através da segregação e evitação, resultam em uma extrema privatização da vida cotidiana e na deformação do sentido da proteção social:

Quando as políticas sociais tornam-se políticas de encarceramento do refugio humano, abre-se a temporada da autodefesa, uma vez que os

⁵ Mesmo que intermediado, nas redes sociais.

muros das prisões tornam-se a radicalização da metáfora que tem nas cancelas e guaritas dos condomínios a sua feição branda e ilusoriamente “confortável” ou “asseguradora”. “Lá fora”, na vida pública, onde as pessoas se encontram, misturam-se, atordoam-se com as demais vidas, aquelas que são protegidas se amedrontam, e o Estado trata de erigir as alfândegas sociais (FRIDMAN, 2004, p.23).

O recrudescimento em torno da “identidade” comum, que organiza a noção de comunidade, se elabora na busca de proximidade com aqueles de quem se descende, com “aqueles com quem se é parecido no pensar, na aparência, na maneira de falar, de comer, de rezar, ou nos gestos, e a quem, por conseguinte, sente-se que se está empaticamente ligado, haja o que houver” (GEERTZ, 2001, p.207⁶).

4 CONCLUSÃO: DESIGUALDADE SOCIAL, TÁTICAS E ESTABILIDADE

A cidade não deve ser entendida como uma realidade estática, mas, ao contrário, como um processo dinâmico que se constrói e se reinventa constantemente pelos sentidos, interações, narrativas, imagens e representações dos indivíduos e grupos sociais: “A textura da territorialidade humana se manifesta, por um lado, nas interações das atividades sociais no âmbito das esferas econômica, política e social, e, por outro lado, em sua função constitutiva, limitando e mediando o processo de produção do espaço” (DEFFNER, 2010, p.117).

Deste modo, a questão da desigualdade social deve ser entendida principalmente em seu sentido relacional, percebido através da relação de assimetria entre indivíduos ou grupos sociais em relação às possibilidades e chances de ascensão social. É neste sentido que o espaço assume uma dimensão importante, enquanto organizador de uma desigualdade imaterial. Este espaço materializado é sempre carregado de valores e normativas sociais, é, portanto, sempre um espaço de representações (LEFEBVRE, 2000), um realidade que não é independente, mas construída pelos sentidos, valores e significados da sociedade que o ocupa, e desta forma se torna a um só tempo construto e produto social (DEFFNER, 2010).

“As favelas representam uma forma específica dessas realidades desiguais - não só de substância material, mas, sobretudo, de significado simbólico” (DEFFNER, 2010, p.119), por se constituir como espaço de sobrevivência, um produto social e material capaz de possibilitar as condições para ação das táticas cotidianas de produção do espaço

⁶ Apud Fridman (2004).

e das estruturas informais de organização social, econômica, política e jurídica. Ainda que esta situação implique, simultaneamente, em uma condição segregada, portadora de estigmas, e marcada por uma inserção deficiente e assimétrica no contexto da cidade, frente a qual os limites e barreiras físicas e simbólicas tentam reduzir a proximidade física que evidencia de maneira incisiva a desigualdade social e a condição de degradação urbana.

Entretanto, a existência de uma condição de persistente estabilidade social, mesmo quando os segmentos da sociedade se entreolham através de um imenso abismo social, numa situação de confrontação constante de severas diferenças sociais e estruturais (urbanas), sem que possamos identificar o surgimento de sentimentos de sublevação contra a injustiça gritante que experimentam diariamente, parece indicar que os mecanismos tácitos da dominação e da manutenção das hierarquias sociais, responsáveis pela produção, tanto das exclusões quanto das prerrogativas de poder, estão presentes não apenas na prática social dos privilegiados, que buscam a manutenção do sistema que os beneficia, mas igualmente na prática social dos desfavorecidos. Para explicar a contradição implícita na lógica interna desta condição precisamos compreender a importância do espaço dos desfavorecidos na reprodução dos mecanismos tácitos de dominação (DEFFNER, 2010).

Os mecanismos de manutenção do estatuto social e da estabilidade socioeconômica, organizados através da constituição, direitos jurídicos, forças de ordem, política, etc. são estruturas institucionalizadas, ao mesmo tempo que atendem a uma demanda de segurança, criam o fundamento para o poder de reprodução das estruturas sociais (DEFFNER, 2010). Um processo de reprodução ocorrerá, portanto, quando os agentes sociais forem incapazes de transcender as próprias condições de vida - sejam pessoais, institucionais ou estruturais - ou estas sejam revestidas de uma condição de naturalização, na qual as práticas cotidianas sejam adaptadas às condições fragilizadas.

Percebemos, portanto, nesta relação, algumas vertentes distintas dentro do mesmo fenômeno: 1 - A percepção, pela população favelada, de que configurariam um grupo efetivamente inferior, seja através de uma condição externa, produzida pelo destino, ou interna, fruto de uma incapacidade (por falta de capital econômico, escolar, social) de produzir melhores condições de vida, desta forma, se perceberiam como um grupo impedido de sublevar-se, seja pela falta de condições para tal ou pela aceitação da “coerência” de tal situação desigual; 2 - Valorizariam a condição e o estatuto social que possuem dentro da estrutura informal e, portanto, sublevar-se significa arriscar perder

uma condição de status relativamente favorecida localmente, ou mesmo frente à classes percebidas como ainda inferiores; 3 - Se apoiariam na iniciativa individual, através de uma ação que não busca alterar a condição do espaço social, mas sim sua própria posição nesta estrutura. Esta relação parece repetir a lógica que permeia a conquista do espaço pela invasão de terrenos, que não busca alterar o padrão de propriedade privada do solo, mas, sim, produzir a sua inserção nesta estrutura como proprietário, mesmo que de um lote informal.

A primeira situação remeteria a uma condição de resignação, uma situação contra a qual não se pode efetivamente combater, com a qual, portanto, restaria conviver, ainda que busque possíveis ações adaptativas, que serviriam a extrair a melhor condição de vida possível dentro do espaço previamente elaborado:

Eu já subo essa ladeira assim botando o coração pra fora. Eu penso, vou morar mais aqui não, até o médico mesmo, disse, que não era pra morar em meio de ladeira. Como é que eu não vou morar em meio de ladeira? Eu sou pobre, eu vou morar aonde? O senhor pode morar num lugar sem ladeira porque o senhor é rico, e eu, vou morar aonde? (Dona Enilda, moradora de Novos Alagados).

Eu estou fazendo aqui meu piso, eu vou cuidando da casa. Mas vou fazendo se o dinheiro aparece, senão... Eu não gosto de viver muito pensando assim porque passa o tempo todo e você não faz mais nada da vida. Quem planeja é filho de rico, a gente não tem como planejar, a verdade é essa, eu não paro pra planejar muito não, se eu planejar demais fico com a cabeça doendo. Mas se eu tivesse condições de fazer em cima, eu desmancharia essa parede do lado e aqui ficaria só a sala, o banheiro ficaria ai, e a escada vinha aqui ó, entendeu? (Mônica, moradora de Novos Alagados).

Eu quero ainda melhorar esta casa, no dia que tiver condições, sabe? Eu quero dar uma coisa melhor pro meus filhos, entendeu? Levantar de tijolo, fazer com laje, não muito diferente do que é, só que mais firme e dividida, porque aqui não tem quarto, é só um vão mesmo. (Rosana, moradora do Santa Marta).

Aqui é o meu cantinho há trinta e dois anos. Eu vou dando uma ajeitada aqui e ali, está ficando arrumadinho. Mas mudança grande só se a obra vier fazer alguma coisa, mas, se não aparecer nada, a gente vai ficar como está mesmo, fazer o que, né? Porque a casa toda não dá pra gente arrumar, mas graças a Deus, eu vou ajeitando meu cantinho, e o importante é a gente ter ele, né? Porque a gente ficar batendo cabeça aqui e ali é a coisa pior que tem, ficar dependendo dos outros pra morar, mesmo de filho, a gente morre mais rápido (Dona Maria, moradora do Santa Marta).

A segunda expõe uma preocupação de manutenção do espaço conquistado e de sua inserção privilegiada no estatuto social informal e mesmo a demonstração do orgulho frente ao caminho percorrido, na produção de uma moradia melhor e de melhores condições de vida:

Morar na casa da gente é totalmente diferente do que pegar uma destas casinhas da Conder. É diferente a questão do orgulho, né? Porque eu tava lá no mangue, na casinha fincada na água, e hoje tô aqui. Porque eu... é complicado falar sobre isso, mas eu acho que é uma vida muito difícil, né? [...] E hoje estou aqui, aí eu acho que é uma vitória, assim, né? A gente não podia comprar um terreno porque era caro. Tá certo que muitos tinham um casebre grande, na maré, a gente que vivia lá, mas vivia bem, entendeu? Mas estar aqui agora, com esta casa do jeito que está é uma vitória (Gilberto, morador de Novos Alagados). Eu moro aqui desde que nasci, faz cinquenta anos completo. Eu morava lá em cima, mas com o tempo a gente foi descendo e agora temos esta casa aqui embaixo. Ai melhorou bastante, né? Porque lá não tem acesso, era muito ruim ter que subir e descer todo dia, e não tem muita coisa por lá. Ai já faz mais de vinte anos que viemos pra este lugar aqui, compramos este terreno. Era um barraquinho, começou com um barraquinho de estuque, nós fomos fazendo a estrutura por fora, as paredes, nós fomos fazendo aos poucos, e foi subindo, foi indo, do jeito que dava, do jeito que a gente podia. Hoje é esta casa ai, essa parte todinha ali ó, começa do azul vai até lá em cima, na cobertura inclinada, é uma casa bonita (Serginho, morador da Babilônia).

E, por fim, a terceira remeteria às táticas individuais, ainda que postas em prática de maneira coletiva, capaz de explorar oportunidades e possibilidades, de construir de maneira alternativa, jogando nas brechas do sistema para construir um melhor espaço de vida e explorando todas as suas possibilidades expressas e brechas eventuais:

Primeiro eu dormia no trabalho, porque trabalhava em casa de família, depois cheguei a ficar de favor, aí quando surgiu essa invasão ai, eu me meti aí. Como era invasão, qualquer um invadia. Era só ir chegando, fincando seus paus... Fui logo comprando o material, vinha lá do Uruguai arrastando pau, e fincamos os paus na água e fizemos um vãozinho. Coisa pequeninha, menor do que esta sala aqui, mas botei a cabeça pra dentro, porque viver de favor na casa dos outros não presta e de outra forma eu não tinha como morar. Isto aqui pra mim foi a solução, não é o ideal, mas é meu canto. Ai depois eu fui crescendo aos pouquinhos, fazendo o quarto, sala, cozinha, banheiro... Agora tenho uma casa boa (Celeste, moradora de Novos Alagados). O padrão aqui é este, o que dita é a necessidade aqui, então assim que cobriu, muda pra dentro. Às vezes as pessoas não têm pra onde ir, então, quando a invasão é uma chance, faz um barraquinho, cobre e pronto. Depois vai melhorando. A maioria das pessoas aqui constrói a casa com a família dentro mesmo. A gente fez também, fez assim. A gente não saiu pra nada. Tinha um barraquinho de plástico, papelão e lona e a gente foi cavando os buracos e construiu com a gente dentro. Você vai construindo ali sem ter que pagar aluguel. Esse é o processo inicial de quase todo mundo. E hoje você tem casa muito boa por aí, mas tudo começou assim, porque de outra forma não daria (Jonas, morador de Novos Alagados).

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petropolis: Ed. Vozes, 1994.
- DEFFNER, Veronika. Geografia da desigualdade social: uma perspectiva de geografia urbana crítica apresentada a partir do exemplo da produção social da favela em Salvador-BA. *GeoTextos*, Salvador, vol. 6, nº 2, p. 115-137, 2010.
- FISKE, John. Popular forces and the culture of everyday life. *Southern Review*, vol. 21, nº 3, p. 288-306, Novembro 1988.
- FRIDMAN, Luis Carlos. A globalização e o desejo de segurança. In: SILVA, Itamar (Org.). *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 17-24.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- LUHMANN, Niklas. *Trust and power*. Chichester: Wiley, 1979.
- LUHMANN, Niklas. *Risk: a sociological theory*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- PARSONS, Talcott. *The social system*. Londres: Routledge, 1991.
- SETTON, Maria da Graça. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, nº 20, p. 60-70, Maio-Agosto 2002.